



HAL
open science

Transferências culturais, resistências e fronteiras entre elites ibéricas e ibero-americanas

Sérgio Campos Matos

► **To cite this version:**

Sérgio Campos Matos. Transferências culturais, resistências e fronteiras entre elites ibéricas e ibero-americanas. Catalonia, 2020, 27 (7-20). <hal-03587433>

HAL Id: hal-03587433

<https://hal.science/hal-03587433v1>

Submitted on 24 Feb 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



HAL Authorization

Transferências culturais, resistências e fronteiras entre elites ibéricas e ibero-americanas

Sérgio CAMPOS MATOS

Universidade de Lisboa, Centro de História
sergiocamposmatos@gmail.com

Résumé : Cet article vise à problématiser certains transferts culturels entre les élites du Portugal et de l'Espagne, du milieu du XIX^e siècle à l'établissement des dictatures du XX^e siècle, sans oublier la résistance à ces échanges, dans un contexte où ibérismes, panhispanisme et hispano-américanisme se sont répandus et ont marqué les relations entre les nations péninsulaires et ibéro-américaines. Des propositions de rapprochement et d'intégration de nations ont suscité des résistances et délimité des frontières. Comment la conscience hispanique a-t-elle affirmé ce sentiment de proximité et d'éloignement ? Des partisans d'un ibérisme politique ou culturel ont manifesté une double fidélité à une patrie hispanique mais aussi à d'autres patries plus délimitées (Portugal, Espagne, Catalogne, etc.). Quels sens les frontières entre les cultures péninsulaires ont-elles acquies ? Conscience hispanique et consciences nationales ont coexisté : péninsulaires, hispaniques, espagnoles, catalanes, portugaises, entre autres. Des cas significatifs d'intellectuels, de diplomates et de voyageurs exilés seront pris comme exemples.

Abstract: The aim of this article is to discuss cultural transfers between elites in Portugal and Spain, from the middle of the 19th century to the installation of 20th century dictatorships, without forgetting resistance to these exchanges, in a context where Iberisms, pan-Hispanisms and Hispano-Americanisms spread and marked the relations between peninsular and Ibero-American nations. Proposals for nation's rapprochement and integration have given rise to resistance and delimited borders. What senses of proximity and distance have developed in the context of a Hispanic consciousness? Adepts of a political or cultural iberism expressed a double loyalty both to a Hispanic homeland but also to other more delimited homelands (Portugal, Spain, Catalonia, etc.). What did the frontiers between the peninsular cultures mean? Hispanic consciousness and national consciousness have coexisted: peninsular, Hispanic, Spanish, Catalan, Portuguese, among others. Relevant cases of exiled intellectuals, diplomats and travellers will be taken as examples.

Mots-clés : transferts culturels, conscience hispanique, ibérismes, frontières.

Keywords: Cultural transfers, Hispanic consciousness, iberisms, frontiers.

Desde tempos remotos, decerto com raízes no período de dominação romana, afirmou-se entre as elites em Portugal – e talvez de um modo mais evidente em Espanha – uma consciência hispânica, uma consciência de pertença a uma cultura peninsular, para além das lealdades nacionais e regionais que com ela coexistiram e coexistem. Entre outros marcadores, essa consciência peninsular exprimiu-se no uso de um *nós* hispânico,

peninsular. Pode ser encontrada na cronística medieval peninsular, especialmente na do século XIV (caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344*), em textos de Camões, Garrett, Henriques Nogueira, Antero, Oliveira Martins ou Fernando Pessoa. E do lado espanhol em Joaquin Costa, Unamuno, Ganivet, entre muitos outros intelectuais. Pode entrever-se essa consciência no uso da nomenclatura *Espanhas e espanhóis* (num sentido que inclui também os portugueses), nos conceitos de *unidade peninsular*, *raça e génio peninsular*, usados por Antero e Oliveira Martins. E num conceito cunhado por Oliveira Martins e que teve larga fortuna no séc. XX: *civilização ibérica*. Ou num vocabulário político que alcançou considerável eco entre intelectuais do mundo ibero-americano mas não conseguiu mobilizar a República das Letras portuguesa: *pan-hispanismo*, *hispanismo* ou *hispano-americanismo*.

Mais para trás, na resistência aos ocupantes franceses (1807-1814), há sinais de que a consciência hispânica, peninsular – consciência de afinidades culturais, religiosas, históricas – se acentuava em textos de mobilização política em defesa da liberdade das *Espanhas* (o uso do plural é significativo) ou da convergência e união das duas nações contra os invasores franceses¹. Ou na Convenção de Évora Monte (1834), que estabeleceu o exílio dos pretendentes contra-revolucionários às coroas de Portugal e Espanha, D. Miguel e D. Carlos – e em que encontramos a expressão «Península dos Espanhóis»². Vários autores sublinharam o paralelismo entre a história das nações peninsulares: afinidades estruturais, paralelismos entre momentos de crise, sistemas e culturas políticos, paralelismo de consciência histórica. Mas em certas conjunturas também houve divergências fundamentais entre Portugal e Espanha. E houve uma *consciência hispânica* entre as elites crioulas nas nações ibero-americanas que resistiram ao pan-americanismo – o expansionismo dos EUA na América Central e do Sul, a partir de meados do século XIX. Uma consciência hispânica que se metamorfoseou também no contacto com um indigenismo que valorizava as culturas anteriores às colonizações europeias: pré-colombinas e pré cabralinas³. Como conviveram na consciência hispânica sentidos de aproximação e distanciação? Que significados adquiriram as fronteiras entre as culturas peninsulares?

Transferências culturais e outros conceitos

Sempre houve comunicação entre elites e *transferências culturais* entre as nações peninsulares como sempre houve resistências – por exemplo, nas campanhas anti-iberistas em Portugal, no século XIX ou durante as ditaduras do século XX. Tem havido transferências culturais e apropriação de ideias de intelectuais portugueses por intelectuais espanhóis e vice-versa. Por exemplo, Miguel de Unamuno adoptou uma narrativa trágica da história de Portugal como um naufrágio (metáfora presente em diversos textos seus datados de 1908) que, em larga medida, provém de Oliveira Martins. Mas o filósofo espanhol confessa também em 1913 que quem lhe ensinou a «ver a alma trágica de Portugal» foi Manuel Laranjeira⁴. O pan-hispanismo de António Sardinha teve um significativo eco entre intelectuais tradicionalistas espanhóis do seu tempo. No

¹ *Análise da proclamação de Mr. Junot de 16 de Agosto de 1808*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1808, p. 6.

² Art. 7º. LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 315.

³ FAVRE, Henri. *Le mouvement indigéniste en Amérique Latine*. Paris: L'Harmattan, 2009.

⁴ UNAMUNO, Miguel. «Prólogo a Cartas de Manuel Laranjeira». *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios). Paris: FCG, 1985, p. 210.

sentido inverso, a teoria iberista e unitarista de Sinibaldo de Mas teve larga recepção em Portugal nos decénios de 1850 a 1870 (a favor mas sobretudo contra). E já ao longo do século XX, Ortega y Gasset foi muito lido no mundo luso-brasileiro onde há uma herança muito significativa do seu pensamento histórico e filosófico. Um só exemplo: Fidelino de Figueiredo retomou o conceito da *geração* e aplicou-o à sua história da literatura⁵.

Este conceito operatório – *geração* – foi aliás muito usado por historiadores e críticos literários. Parece contudo insuficiente para captar a complexidade dos contactos e transferências entre culturas. Insuficiente porque restringe as *transferências* culturais a uma elite, e porque tende a reduzir o múltiplo ao homogéneo. Tomemos o caso da chamada *Geração de 70*: nessa geração, houve positivistas e anti-positivistas, republicanos e críticos do republicanismo, socialistas e liberais. Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queiroz (para só citarmos os nomes maiores) desenvolveram atitudes muito diferentes em relação a Espanha. Enquanto Antero e Martins aderiram inicialmente ao federalismo, Eça, embora admirador da Espanha, sempre resistiu a aproximações políticas do seu país com o poderoso vizinho peninsular. Tal como na geração de 98 em Espanha houve tendências culturais e propostas regeneracionistas muito diversas.

Também o termo *influência* não parece adequado: tem não raro um efeito redutor, sugere uma relação unívoca e linear de causa-efeito, como se a recepção e apropriação de uma ideia, de um conceito ou de uma corrente artística não implicassem a sua transformação quando importados para outras geografias⁶. Tomemos um exemplo, no plano da cultura política, da relação entre o liberalismo espanhol e o liberalismo português no segundo decénio do séc. XIX. Sabe-se que houve estreitos contactos entre políticos liberais portugueses e espanhóis e que houve intensa circulação de ideias nessa época. Sabe-se como a Constituição de Cádiz (1812) constituiu um modelo muito influente não apenas em Portugal mas no mundo ibero-americano. Mas não se pode ignorar que a primeira experiência liberal portuguesa (1820-23) foi produto de uma conjuntura específica que se prende com a crise do império luso-brasileiro e que estava também exposta a fortes *marcas* do liberalismo britânico e do liberalismo francês. Não se devem também esquecer as tão relevantes experiências de exílio de centenas de portugueses em Londres, Paris e Bruxelas – os exilados foram mediadores culturais, agentes de transformação no seu regresso. E que houve contactos entre populações raianas, contrabando, migrações, viajantes, exilados, etc. A par de numerosos casos de osmose cultural, houve fenómenos de resistências, obstáculos, reacções defensivas.

Deste ponto de vista, o conceito de *fronteiras* assume especial interesse. Políticos, técnicos e intelectuais nacionalistas de diferentes proveniências ideológicas delinearão *fronteiras*. Não só no sentido físico, material, mas também no sentido cultural. E até mesmo propostas iberistas e hispanistas de aproximação e integração peninsular não deixaram de o fazer. Em que sentidos? Por exemplo, adeptos de um iberismo político e de um iberismo cultural exprimiram uma dupla lealdade, a uma pátria hispânica mas também a outras pátrias mais delimitadas (Portugal, Catalunha, Galiza, etc.). Aquilo a que centralistas como Menéndez Pelayo ou Juan Valera designaram de regionalismo.

Fronteiras são construídas por poderes comandados por elites. Delimitam territórios e exprimem poderes de estado. O termo tem origem no campo da arquitectura e na geografia. Em latim tardio, *fronteria e frontaria* passaram a referir-se a terras de fronteira. Na Idade Média tardia, tinha dois sentidos: arquitectónico e, em segundo lugar, militar. A relevância deste último sentido acentuou-se a partir de meados do século XVII, com a paz de Westfália (1648) que valorizou a ideia de soberania de estado⁷. O que significa que, ao invés do que sustentaram os teóricos das fronteiras naturais, as fronteiras são na verdade artificiais⁸, são construções políticas. Em meados do século XIX, vários apologistas dos iberismos perfilharam esta ideia da artificialidade da fronteira luso-espanhola⁹. Entre eles, Joaquin Costa, que sugeria que nessa fronteira imaginária se acabasse com aduanas e guardas fronteiriços. A ideia surge também no pensamento federalista europeu que pugnava pela integração contratual e política de diferentes estados e nações¹⁰.

Mas as regiões de fronteira são também áreas de transição. A fronteira terrestre entre Portugal e Espanha foi obstáculo – região de defesa pontuada por uma linha de castelos e fortalezas – mas foi também zona de intenso intercâmbio – a raia. Uma raia em que também há regiões esquecidas, com escassa densidade populacional. Até à segunda metade do século XIX havia grandes dificuldades de comunicação terrestre entre Portugal e Espanha: as estradas estavam em muito mau estado e a linha de caminho de ferro Madrid-Lisboa, construída nos anos 60 do século XIX (e só completa em 1879), não transformou decisivamente as relações entre os dois países.

Segundo um deputado espanhol, Juan Arias Girón (deputado por Castelo Rodrigo em 1850), o modo mais rápido de deslocação entre Madrid e Lisboa era ainda ir a Cádiz apanhar o vapor para Lisboa, circundando a costa sudoeste da Andaluzia e de Portugal¹¹. Mas há uma outra fronteira, a fronteira marítima que é um limite mas que também une povos, culturas, civilizações. Já Hegel assinalara este último efeito das comunicações marítimas. Contra a teoria das fronteiras naturais que via na água um elemento de separação, sublinhava bem que «rien ne réunit autant que l'eau» e que «les pays de culture ne sont rien d'autre que des bassins fluviaux. L'eau, en effet, est ce qui unit. Ce sont les montagnes qui séparent»¹². Dava precisamente como exemplo Cádiz, que estava mais conectada estreitamente à América através do Atlântico, do que a Madrid, por via terrestre. O que coincide com o expressivo testemunho de um clérigo oitocentista de Lugo, Ramón Castro López, que afirmava que era mais cómodo viajar para Cuba do que para Madrid para assistir às festas de San Cidre¹³. Deste ponto de vista, ao invés de fronteira, o mar foi elo de união (ainda hoje há autores que se referem ao rio Atlântico)¹⁴. Pelo contrário, o relevo foi obstáculo.

⁷ BOWDEN, Brett (2020) «Frontiers—Old, New, and Final». *The European Legacy*, 25:6, 674-675 DOI: 10.1080/10848770.2020.1760486 <https://doi.org/10.1080/10848770.2020.1760486>, [consult. 23-09-2020].

⁸ Como notou o jurista francês Albert de Lapradelle. Cf. SANTA RITA, José Gonçalo de. *O problema das fronteiras. Specto geral*. Separata da Revista da Faculdade de Letras, V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936, p. 28.

⁹ RINA SIMÓN, César. *Imaginar Iberia. Tiempo, espacio y nación en el siglo XIX en España y Portugal*. Granada: Ed. Comares, 2020, p. 144-145.

¹⁰ Um exemplo: ORENSE, José María. *Ventajas de la República Federal*. Madrid: Imp. J. Antonio Garcia, 1870, p. 39.

¹¹ *El Heraldo*, 3-03-1850, p. 1, cit. por HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo. *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874*. Madrid: Universidad Complutense, 2015, p. 281.

¹² HEGEL, Friederich. *La raison dans l'histoire. Introduction à la philosophie de l'histoire*. Paris : 10/18, 1965, p. 226-227.

¹³ VILLARES, Ramón. *Identidade e afectos pátrios*. Vigo: Ed. Galaxia, 2018, p. 72.

¹⁴ ALMEIDA, Onésimo Teotónio. *Rio Atlântico*. Lisboa: Edições Salamandra, 1997.

A fronteira terrestre foi uma construção política e simbólica, traço de separação como mostram representações e metáforas da fronteira luso-espanhola. Vale a pena recensear algumas delas. Em meados do século XIX, num periódico de Madrid, afirmava Pi y Margall: «las fronteras de Portugal estan aún *más distantes de nosotros que las de Bélgica*. Tenemos menos relaciones con la antigua Lusitânia que cón la Francia»¹⁵. «Deserto», «muralha da China», «oceano» são algumas das metáforas com que diplomatas e intelectuais representam a fronteira como obstáculo.

Um dos representantes da legação espanhola em Portugal, Pastor Diaz, confessava que entre Espanha e Portugal: «hemos [los españoles] creado *el desierto*» (1860). E outra década volvida, Calvo Asensio, adido cultural espanhol em Lisboa, representava a fronteira como «*impenetrável muralha da China*» (1870)¹⁶. Por seu lado, o jovem Antero de Quental referia-se a Portugal como fronteira e à fronteira como «*insondável oceano*»:

[...] membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica, vivendo desde então uma vida particular, estreita talvez mas sua e original, e tão apartado dos outros povos peninsulares como se fosse a fronteira, que deles o separa um insondável oceano¹⁷.

Já no final da Grande Guerra, António Rojo Villanova, um professor de Direito Internacional, adepto dos aliados na Grande Guerra, anti-regionalista e crítico de projectos imperialistas (leia-se de união ibérica), retomaria a ideia de Portugal como fronteira, mas agora como «fronteira quase inglesa», a par de uma outra fronteira, essa em rigor inglesa (Gibraltar) e de uma outra francesa (com o Marrocos espanhol)¹⁸.

No entanto, em 1883, Cánovas del Castillo, então presidente do governo espanhol, numa intervenção no Congresso Geografico de Madrid, referia-se à Espanha como «una nación que por todos lados *abiertas sus fronteras y costas a las armas extranas*»¹⁹. Numa época dominada pela questão nacional e pelos nacionalismos, compreende-se que as fronteiras fossem sobretudo representadas como obstáculos, acentuando a ideia de distância entre povos e nações. Evidentemente, trata-se de representações construídas por intelectuais e políticos. Apesar das dificuldades de comunicações que havia na época, a realidade não era bem essa. Cánovas estava bem consciente disso ao usar o termo «*fronteras abiertas*» ao exterior, expostas aos inimigos externos. Não mostrava a experiência histórica isso mesmo? Não estão aí as redes de fortalezas e castelos fronteiriços – muitos deles no litoral, a atestar a necessidade de protecção de uma fronteira marítima exposta às investidas de possíveis inimigos? Por outro lado, sempre houve regiões de fronteira de estreitos contactos entre populações, fronteiras de grande permeabilidade social mesmo quando definidas por rios: lembre-se o caso da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, na parte do rio Minho²⁰.

Em 1923, o historiador português Artur de Magalhães Basto informava que cerca de 800km da fronteira luso-espanhola correspondiam a rios e a ribeiras «duma importância

¹⁵ PI Y MARGALL. *La Discusión*, 11-11-1858. Cit. in HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo. *El iberismo...Op. cit.*, p. 405.

¹⁶ CAMPOS MATOS, Sérgio. *Iberismos – nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807- c.1931)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 62.

¹⁷ QUENTAL, Antero de. «Portugal perante a Revolução de Espanha». *Prosas socio-políticas* (ed. de Joel Serrão). Lisboa: s.d., p. 228. Sublinhado meu.

¹⁸ ROJO VILLANOVA, Antonio. *El nacionalismo regionalista y la política internacional de España*. Madrid: Imp. de Justo Martínez, 1918, p. 28.

¹⁹ CÁNOVAS DEL CASTILLO, Antonio. *Problemas contemporáneos*, t.2. Madrid: Impr. A. Pérez Dubrull, 1884, p. 467.

²⁰ VILLARES, Ramón. *Identidade e afectos pátrios. Op. cit.*, p. 99-100.

considerável». Esquecia contudo que habitualmente os rios estreitam laços. E adoptando a tipologia geo-histórica de Vallaux, sublinhava que a fronteira era em grande parte uma «fronteira viva», permeável mas que não deixava de evidenciar «nítida diferenciação étnica política e social». Notava ainda a estreita comunicação transfronteiriça motivada por actividades económicas (trabalhos sazonais, exportação de gados), religiosas (caso das romarias), políticas (circulação ou refúgio de exilados), etc.²¹. Ou seja, não foi por qualquer factor de ordem natural que Portugal e Espanha se separaram politicamente, antes por «um formidável *baluarte vivo*, uma *palpitante muralha humana*, uma fronteira *construída com os nossos corpos*, o nosso sentir, as nossas ideias e as nossas energias profundas»²². Raramente se terá descrito a fronteira de um modo tão expressivo, centrado nas próprias gentes. A separação de Portugal não se devia a quaisquer limites geográficos naturais, antes a uma personalidade independente, como notaram também estudiosos portugueses e espanhóis²³.

Mas seria a fronteira um tão extenso e profundo obstáculo humano, conforme sugerem as metáforas da época? Aparentemente e no plano de uma cultura histórica nacionalista assim seria: os novos marcos levantados na sequência da celebração do Tratado de Limites de 1864 aí estão a simbolizar a nacionalização do território²⁴. Este tratado inscreve-se, aliás, em todo um esforço de descrição mais rigorosa do território que passou pela sua cadastração e cartografia seguindo método de triangulação geodésica (o Instituto Geográfico Cadastral foi fundado precisamente nesse ano de 1864) que levaria à elaboração do primeiro mapa geral moderno do país: a Carta Geográfica de Portugal à escala 1: 500.000²⁵. O Tratado seria posteriormente rematado como o convénio de 1926, já no período da ditadura militar em Portugal, para delimitar a linha de fronteira sudeste entre a confluência do rio Cuncos e a foz do Guadiana²⁶.

A fronteira foi, de facto, um constructo político e simbólico e um instrumento de grande valor para o Estado. Mas também para as populações, embora para estas essa mesma fronteira fosse porosa: lembrem-se o contrabando e os fenómenos de migração de populações entre os dois países. Sem esquecer que as vicissitudes da vida política também contribuíram para estreitar a circulação transfronteiriça. As conjunturas de guerra civil incentivaram essas movimentações: refiram-se as guerras civis portuguesas de 1832-34 e de 1847 (Patuleia) e as três guerras carlistas espanholas – 1833-1840; 1846-1849; 1872-1876 –, que suscitaram exílios dos dois lados da fronteira. Lembre-se, por exemplo, a saída de centenas de liberais portugueses para a Galiza em 1828, a caminho da Inglaterra, na sequência da chamada Belfastada. Ou o refúgio em Portugal de centenas e centenas de

²¹ BASTO, Artur de Magalhães. *A fronteira hispano-portuguesa (ensaio de geografia política)*. Coimbra: Imrensa da Universidade, 1923.

²² *Ibid.*, p. 45.

²³ Um exemplo: BULLÓN, Eloy. «Las relaciones de España con Portugal: lecciones del pasado y orientaciones para el porvenir». *Estudios Geográficos*, 16, Madrid, Agosto 1944 [corresponde a uma conferência datada de 1916], p. 476.

²⁴ O artigo XXIV do Tratado estabelecia o levantamento de marcos fronteiriços, *SPAIN and PORTUGAL Treaty on boundaries between Spain and Portugal...* Signed at Lisbon on 29 September 1864. United Nations – Treaty Series, Vol. 1288, II-906 (1982), p. 243-274, DOI <https://www.amn.pt/DGAM/Capitanias/Caminha/Lists/Documents/AMN/Tratado%20limites%2029%20setembro%201864%20e%20Anexo.pdf>. [consult. 23-09-2020]. Vd. RINA SIMÓN, César. *Op. cit.*, p. 151-167.

²⁵ BRANCO, Rui Miguel. *O mapa de Portugal. Estado, território e poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: L. Horizonte, 2003 e RINA SIMÓN, César. *Op. cit.*, p. 151-167.

²⁶ *Convénio de limites entre Portugal e Espanha de 29 de Junho de 1926*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

republicanos espanhóis na sequência da Guerra Civil espanhola, em 1936-37²⁷. Mas os tão frequentes exílios tinham, claro está, outras motivações para além das guerras. Reviravoltas políticas, tentativas revolucionárias falhadas ou bem sucedidas (como foi a instauração da I República em Portugal em 1910, ou da II República em Espanha em 1931) também motivaram movimentos de emigração política. Em qualquer caso, fomentaram relações transnacionais.

Lembre-se ainda a fronteira marítima que não deixou de motivar encontros e conflitos. Os tratados de comércio tiveram aqui um papel relevante. Por exemplo, com o tratado de 1893 entre Portugal e a Espanha, o direito de pesca reservado às duas nações ficou estabelecido em 6 milhas. Mas estes limites seriam alterados: segundo leis portuguesas de 1914 e de 1917, voltava-se aos limites anteriores de 3 milhas; no entanto o mar territorial espanhol continuou a ser de 6 milhas²⁸ – o que provocou mal estar e protestos entre os pescadores portugueses, pois criava-se uma situação desigual. Todavia, no que respeita à balança comercial entre os dois países, o saldo do exercício do tratado seria positivo para Portugal, com um crescimento das exportações para Espanha maiores do que as importações²⁹.

Portugueses e espanhóis: pátrias, nações, regiões

Com as metáforas acima referidas, com os diferendos e resistências nacionalistas que sempre surgem nas relações entre povos, contrastam representações étnicas e culturais de Portugueses, Espanhóis e ibero-americanos de múltiplas nações em registos que acentuam afinidades em detrimento de diferenças, recorrendo a retóricas da irmandade entre populações nacionais que marcam bem um sentido de convergência e unidade cultural, espiritual e até jurídica. Expressões como «nações americanas de origem ibérica», «América espanhola» ou «comunidade de raça e de sentimentos»³⁰ consagram esta estratégia de construção cultural e transnacional de um grande espaço também político de unidade ibero-americana que se acentuou desde os finais do séc. XIX. Numa época de expansionismos imperiais, num mundo de política global como era já o de finais de Oitocentos e primeiras décadas do séc. XX, compreende-se a intenção política de reforçar as antigas potências coloniais ibéricas num grande espaço atlântico que incluísse as novas nações hispano-americanas. Mas sugestões de integração política ou, pelo menos, cultural de nações que tinham história e tradições em larga medida comuns remontava ao primeiro terço do séc. XIX³¹.

No caso de Portugueses e Espanhóis, em registos iberistas, por vezes remetendo para uma unidade indiferenciada, Sinibaldo de Más referia-se a portugueses e espanhóis como

²⁷ Veja-se a este respeito *O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 24 (2020), *Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e à vida na Raia* (dir. de Moisés Cayetano Rosado).

²⁸ *Tratado de comércio e navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid a 27 de Março de 1893*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893. RUIZ MORALES, J. Miguel. *La economía del bloque hispanoportugués*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1946, p. 189.

²⁹ PEDREIRA, Jorge. «Guerras, afinidades e nacionalismos (1750-1910)». *Portugal e Espanha amores e desamores* (ed. A. Teodoro de Matos et al.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 229-230.

³⁰ Por exemplo, *Congreso Jurídico Ibero-Americano*. Madrid: Real Academia de Jursiprudencia y Legislación, 1893, p. 143-144 e p. 463.

³¹ GRACIA PÉREZ, Felipe. *Hijos de la Madre Patria. El hispanoamericanismo en la construcción de la identidad nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900)*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2011, p. 58 e 91.

uma «mesma estirpe»³², apagando as fronteiras nacionais no mapa político peninsular. Já o seu admirador português Henriques Nogueira refere-se a uma única pátria, da costa atlântica até aos Pirenéus, uma pátria que deveria organizar-se politicamente numa federação – ao invés do estado unitário e monárquico que preconizava Sinibaldo. Em 1871, Antero sugeria uma compreensão integrada dos problemas históricos das nações peninsulares (aludia a uma «raça peninsular»), recorrendo embora a uma lógica determinista. E o republicano Rafael de Labra (1889?) notava o «*paralelismo y casi identidad* de nuestra historia y dela historia lusitana en los períodos más salientes»³³.

Assim, os ideais iberistas exprimiram-se numa só nação (Ibéria unificada politicamente) ou em múltiplas nações, duas ou três. Embora não deixassem de pensar o que havia de comum entre os povos peninsulares de diversos pontos de vista (étnico, religioso, institucional, de experiência histórica compartilhada, etc.), os adeptos dos nacionalismos periféricos e do federalismo ibérico inclinavam-se a pensar a diversidade cultural e política das regiões peninsulares. Por exemplo, Pi y Margall, para além de identificar afinidades, reconhecia marcadas diferenças entre as nações Portugal e Espanha, bem como a existência de fronteiras naturais. E Ribera i Rovira distinguia *três nações e três tipos étnicos* na Península (Catalunha, Castela e Portugal). Já outros iberistas, defensores de estratégias imperialistas de união política, reduziram Portugal a uma *região* da Espanha: caso de Pio Gulhón (1861) ou de Vicente Gay, já durante a Grande Guerra (1915)³⁴.

Entre todos os pensadores da aproximação cultural e diplomática entre Portugal e a Espanha, um dos mais originais e profundos foi Oliveira Martins. Num tempo em que estava em voga um conceito de civilização à maneira de Guizot, modo de tomar na sua totalidade uma sociedade humana, na sua *História da Civilização Ibérica* (1879), caracterizou esta civilização transnacional como um *pensamento ou génio peninsular* comum a todas as populações de Espanha³⁵. A marca hegeliana é nela evidente: é o pensamento que comanda a história, teatro onde a ideia se revela. Assim, sem esquecer singularidades nacionais, viu na *civilização ibérica* e no *carácter peninsular* exaltação religiosa, heroísmo e individualismo, traçando uma história integrada das nações peninsulares que teve larga aceitação na elite intelectual espanhola, mais até do que em Portugal³⁶. É possível que Oliveira Martins colhesse o termo *civilização ibérica* no periódico *A Revolução de Setembro* onde surgira episodicamente já em 1853, conferindo-lhe depois uma construção conceptual que o tornou tão atraente.

Para além de *nação* e *civilização*, os diferentes usos do conceito de *pátria* são outro índice de aproximação e distância entre elites peninsulares: a romancista e jornalista de origem galega Emília Pardo Bazán dá conta das diversas acepções com que era usado o conceito em Espanha: «La noción de *pátria* llega a subvertirse, y los regionalistas de buena fé la reducen a *las fronteras de su región*, y aun hay quién la circunscribe a una

³² MAS, Sinibaldo de. *A Ibéria, memória em que se provam as vantagens políticas, económicas e sociais da união das duas monarquias peninsulares em uma só nação*, 2.^a ed. Lisboa: Tip. Universal, 1853, p. 24.

³³ LABRA, Rafael de. *Portugal contemporâneo*. Madrid: Administración Obelisco, s.d. [1889?], p. 68.

³⁴ CAMPOS MATOS, Sérgio. *Iberismos... Op. cit.*, p. 85-100. Sobre os conceitos de pátria, nação e região, veja-se CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013. Sobre as expectativas iberistas cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. «Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia». *Revista de História das Ideias*, 31. Coimbra: FLUC, 2010, p. 257-283.

³⁵ MARTINS, J.P. Oliveira. *Historia de la civilización ibérica* (estudo introd. de Sérgio Campos Matos). Pamplona: Urgoiti, 2007.

³⁶ CAMPOS MATOS, Sérgio. «Civilização ibérica: génese e fortuna de um conceito». BASTOS P. NEVES, Lucia et al. (org.). *Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano (1750-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 283-315.

localidade determinada». Para Pardo Bazán, *pátria* era Espanha e designava a Galiza de *terra*. Mas chegou a considerar a Galiza e Portugal como um só país (mais do que propriamente regiões análogas)³⁷. Já o historiador Manuel Murguía, figura destacada do nacionalismo galego, ia mais longe: dadas as semelhanças da terra e da sua produção, dadas as afinidades culturais, linguísticas e humanas entre a Galiza e Portugal, quando passava a fronteira sentia-se no seu país. Compreende-se pois que idealizasse uma *nação* constituída pelos povos do Noroeste peninsular. E que defendesse o direito de a Galiza passar de *região* a *nação*³⁸.

É que os ideais de nação traduziram-se por vezes em duplas afiliações. Um exemplo muito significativo dessas diferentes lealdades, neste caso tomando o conceito de *patriotismo*, é o de Oliveira Martins. O autor da *História da Civilização Ibérica* manteve uma relação de convivência e amizade com o historiador espanhol Sanchez Moguel muito assente numa ideia de aproximação cultural entre as duas nações. Mas esta relação envolvia um mal-entendido que se prendia com diferentes ideais de iberismo, diferentes modos de escrever história e de expectativas de futuro. Moguel alimentava uma expectativa de maior integração ibérica das duas nações e estados, por via de constituição de uma vaga ideia de Liga Ibérica que teria incidência também na Ibero-América. Essa integração passaria também pelo campo da memória histórica das nações peninsulares. Daí que, reagindo à leitura de *Os filhos de D. João I* (1891) no seu livro *Reparaciones históricas* (1894), acusasse Martins de «particularismo regional» e de um iberismo meramente teórico. Em resposta, Oliveira Martins, escrevia que não «abjurara da pátria» e que admitia dois patriotismos «o ideal – o hispânico, e o real – o português. Porém, em nada o ideal diminui em mim a dedicação pela minha *Pátria*»³⁹. Também neste caso estavam em causa transferências culturais feitas de sintonia e dissensão, aproximação e distância. Outro exemplo de dupla lealdade ou filiação é a do lusófilo iberista catalão Ribera i Rovira, talvez o maior admirador e divulgador da cultura portuguesa na Catalunha nos finais do século XIX e primeiras décadas do séc. XX. O seu federalismo iberista coexistia, no entanto, com a sua convicção de que a Catalunha superava os demais povos ibéricos no que respeita a solidez do «sentimento colectivo» e a uma «alma nacional» bem marcada na resistência a culturas estranhas. E sobretudo afirmava a superioridade da Catalunha sobre Castela: em seu entender, enquanto os catalães eram crentes e patriotas, os castelhanos era cépticos e fatalistas⁴⁰.

Relações com o mundo ibero-americano

No Brasil, desde os anos 20 do século XIX, num tempo de afirmação de autonomia que se desenvolvera em todo o mundo hispano-americano, coincidindo com a crise do

³⁷ PARDO BAZÁN, Emilia. *Obras Completas*, 3. Madrid: Aguilar, 1957, p. 685. Cit. por NEWCOMB, Robert. *Iberianism and Crisis: Spain and Portugal at the Turn of the Twentieth Century*. Toronto: University of Toronto Press, 2018, p. 76-77 e SÁEZ DELGADO, Antonio y PÉREZ ISASI, Santiago. *De espaldas abiertas. Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Granada: Ed. Comares, 2018, p. 33.

³⁸ SÁEZ DELGADO, Antonio y PÉREZ ISASI. *Op. cit.*, p. 42-43 e cit. por NEWCOMB, *Iberianism... Op. cit.*, p. 77.

³⁹ MARTINS, F. A. Oliveira. *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*. Lisboa: Guimarães, s.d., p. 161. A este respeito, cf. o meu estudo «Iberismos e hispanismos, entre história e política: tempos e escalas». CAMPOS MATOS, Sérgio; BIGOTTE CHORÃO, Luís (coord.). *Península Ibérica: nações e transnacionalidade entre dois séculos*. Vª Nova de Famalicão: Húmus/Centro de História da UL, 2017, p. 164.

⁴⁰ RIBERA I ROVIRA, Ignaci. *La integridad de la patria. Cataluña ante el espíritu de Castilla*. Barcelona: José Agustí, 1907, p. 208-212. Sobre Ribera y Rovira, veja-se MARTÍNEZ-GIL, Víctor. *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997.

antigo sistema colonial, o sentimento de lusofobia foi-se manifestando. Intensificou-se numa reacção crítica em relação à forte presença dos emigrantes portugueses em certas actividades económicas, com destaque para o comércio urbano. A afirmação da consciência nacional brasileira processou-se contra o antigo colonizador, frequentemente identificado com decadência e atraso. Mas, por outro lado, motivou a afirmação dos valores e direitos dos portugueses e a ideia de uma comunidade transatlântica de portugueses e brasileiros – o ideal de um luso-brasileirismo muito assente numa continuidade de memória e cultura dos portugueses a viverem no Brasil⁴¹. Exemplo disso foi o periódico *Atlântida*, fundado por João de Barros e Paulo Barreto (João do Rio) em que voltou a afirmar-se uma sugestão que não era nova: a de uma confederação luso-brasileira⁴². Numa época em que se acentuavam os sinais de mundialização da política internacional, da tecnologia e das relações económicas, de afirmação de macronacionalismos (pangermanismo, pan-eslavismo, pan-latinismo, etc.), um sector da elite intelectual e política portuguesa apostava num luso-brasileirismo que, em alguns casos, se exprimia sob a forma de Panlusitanismo – a ideia de fomentar a criação de um Portugal Maior, uma pátria maior que abarcaria um mundo ideal criado pelos portugueses. A Sociedade Luso-Africana no Rio de Janeiro, fundada em 1930 por alguns portugueses⁴³, é um exemplo dessa ideia que não chegou a concretizar-se num movimento cívico. O ideal do luso-brasileirismo era contudo utópico e não reunia consenso em Portugal: havia quem preferisse uma convergência mais ampla de aliança com a Espanha no quadro de uma ideia pan-hispanista ou ibero-americanista, e suscitou intensa reacção por parte de sectores nacionalistas e indigenistas no Brasil.

Desde meados do séc. XIX, o nacionalismo espanhol também alimentou a ideia de uma comunidade transnacional que unia os dois lados do Atlântico numa identidade comum⁴⁴. Língua, religião católica e memória histórica foram factores culturais de grande relevância na estruturação de um ideal hispanista que visava a união espiritual entre a «madre pátria» e as novas nações americanas. Já no século XX, num tempo em que as relações entre nações de língua espanhola se fortaleceu (em larga medida pelo incremento da emigração de espanhóis para a América), difundiu-se o conceito de *Hispanidad*. Por um lado, tratava-se de reforçar laços defensivos em relação ao Pan-Americanismo dos EUA e à sua cultura alegadamente materialista. Por outro, de resistir ao materialismo socialista⁴⁵. E se é certo que «Hispanidad» foi um conceito usado em sentidos muito diversos, também é um facto que depressa foi hegemonizado pelos sectores mais tradicionalistas e nacional-católicos, não raro a partir do pensamento de Maeztu.

Esse sentido de unidade cultural e espiritual transatlântica, não isenta de dimensão política, esteve longe de ser consensual em algumas das nações hispano-americanas e em Espanha nos sectores críticos do franquismo. Por exemplo, no México, houve resistência ao hispanismo da parte de um nacionalismo cultural que recorreu ao indigenismo na sua fundamentação. A revolução de 1910, especialmente a partir dos anos 20, contribuiria para a distanciação em relação ao hispanismo⁴⁶, identificado com a antiga potência

⁴¹ ALVES, Jorge Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo. Um estudo de caso das relações Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

⁴² GUIMARÃES, Lucia M^a Paschoal et al. *Atlântida*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

⁴³ SKOULADE, Mateus S.; PAREDES, Marçal. «Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo». *Revista Portuguesa de História*, t. XLVIII (2017), p. 261-263.

⁴⁴ SEDPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro. *El sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Fundación Carolina, 2005, p. 11-12.

⁴⁵ RIVERA GARCÍA, Antonio. «Hispanidad». SANGEETA, R. et al. (eds.). *The Encyclopedia of Postcolonial Studies*, Vol. II (H-R). Chichester, West Sussex Malden: Blackwell Publishing, 2016.

⁴⁶ GRANADOS, Aimer. «Hispanismos, nación y proyectos culturales Colombia y México: 1886-1921. Un Estudio de historia comparada». *Memoria y Sociedad*, vol. 9, 19 (Jul-Dec. 2005), p. 5-15.

colonial. E noutras nações, caso do Perú, houve expressões indigenistas muito críticas do passado colonial⁴⁷.

Notas finais

Nas transferências e movimentos culturais a que nos referimos, houve resistências entre elites peninsulares e ibero-americanas. Pode notar-se nos dois últimos séculos uma dialéctica entre aproximação e distância, entre vontade de estreitamento de relações e fenómenos de rejeição. A polarização desta dualidade foi mais acentuada em momentos de instabilidade política: em Portugal, na chamada Regeneração (sobretudo nos anos de 1868-72) e já na I República 1911-19; em Espanha, no Sexénio Democrático (1868-74) ou durante a I Guerra Mundial. Mas na consciência hispânica peninsular, sempre esteve presente a ideia de uma diversidade de culturas, tradições e resistências à unidade política – quer entre os que defenderam os nacionalismos periféricos quer entre os apologistas de formas políticas federais e iberistas. Também as relações entre as nações peninsulares ibéricas e as nações ibero-americanas constituem um campo fértil para o estudo de transferências culturais entre elites (e não só, também entre camadas populares), de fenómenos de osmose, hibridismos e resistências nacionalistas, nativistas ou indigenistas às culturas europeias.

Como pretendemos demonstrar, também entre os adeptos da integração ou tão-só de aproximação cultural e política entre diferentes nações, a consciência de diferenças históricas e culturais entre elas e a sobrevalorização de fronteiras (não raro representadas como poderosos obstáculos) mostra bem como esta problemática não é linear e de sentido único. A sua compreensão não pode ser reduzida ao nível de casos individuais. Como vimos, embora adeptos de pontos de vista transnacionais na compreensão das histórias nacionais, Oliveira Martins e Ribera i Rovira não deixaram de valorizar as nações de onde eram originários (respectivamente Portugal e Catalunha): lealdades nacionais coexistiram com as lealdades iberistas ou iberoamericanistas.

Embora estes casos possam ser significativos, devem ser sempre vistos em contextos sociais e culturais mais amplos, sem esquecer movimentos migratórios entre nações e o papel das populações fronteiriças nas relações internacionais. As fronteiras separam mas também são lugar de encontro, também unem.

Bibliografia

ALMEIDA, Onésimo Teotónio. *Rio Atlântico*. Lisboa: Edições Salamandra, 1997.

ALVES, Jorge Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo. Um estudo de caso das relações Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BOWDEN, Brett. «Frontiers – Old, New, and Final». *The European Legacy*, vol. 25, 6 (2020)

<https://doi.org/10.1080/10848770.2020.1760486> [consult. 23-09-2020].

BRANCO, Rui Miguel. *O mapa de Portugal. Estado, território e poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: L. Horizonte, 2003.

⁴⁷ MARCILHACY, David. *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginario nacional en la España de la Restauración*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010, p. 292 e p. 314-319.

BULLÓN, Eloy. «Las relaciones de España con Portugal: lecciones del pasado y orientaciones para el porvenir». *Estudios Geográficos*, 16, Madrid, Agosto 1944 [corresponde a uma conferência datada de 1916], p. 467-493.

CAMPOS MATOS, Sérgio. *Iberismos – nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CAMPOS MATOS, Sérgio. «Iberismos e hispanismos, entre história e política: tempos e escalas». CAMPOS MATOS, Sérgio; BIGOTTE CHORÃO, Luís. *Península Ibérica: nações e transnacionalidade entre dois séculos*. Vª Nova de Famalicão: Húmus/Centro de História da UL, 2017.

CAMPOS MATOS, Sérgio. «Civilização ibérica: gênese e fortuna de um conceito». BASTOS P. NEVES, Lucia et al. (org.). *Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano (1750-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 283-315.

CÁNOVAS DEL CASTILLO, Antonio. *Problemas contemporáneos*, t.2. Madrid: Imprenta de A. Pérez Dubrull, 1884.

CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013.

Convénio de limites entre Portugal e Espanha de 29 de Junho de 1926. Lisboa: I. Nacional, 1926.

ESPAGNE, Michel. «La notion de transfert culturel». *Revue Sciences/Lettres*, 1, 2013, p. 1-10. <https://doi.org/10.4000/rs1.219> [consult. 23-09-2020].

FAVRE, Henri. *Le mouvement indigéniste en Amérique Latine*. Paris: L'Harmattan, 2009.

GRACIA PÉREZ, Felipe. *Hijos de la Madre Patria. El hispanoamericanismo en la construcción de la identidad nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900)*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2011.

GRANADOS, Aimer. «Hispanismos, nación y proyectos culturales Colombia y México: 1886-1921. Un Estudio de historia comparada». *Memoria y Sociedad*, vol. 9, 19 (Jul-Dec. 2005), p. 5-15.

HEGEL, G. W. F. *La raison dans l'histoire. Introduction à la philosophie de l'histoire*. Paris : 10/18, 1965.

HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo. *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874*. Madrid: Universidad Complutense, 2015.

LABRA, Rafael de. *Portugal contemporâneo*. Madrid: Administración Obelisco, s.d. [1889?].

LOUSADA, Mª Alexandre; FERREIRA, Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MARCILHACY, David. *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginario nacional en la España de la Restauración*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor. *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997.

MARTINS, F. A. Oliveira. *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*. Lisboa: Guimarães, s.d.

MARTINS, J. P. Oliveira. *Historia de la civilización ibérica* (estudo introd. de Sérgio Campos Matos). Pamplona: Urgoiti, 2007 [1879].

NEWCOMB, Robert. *Iberianism and Crisis: Spain and Portugal at the Turn of the Twentieth Century*. Toronto: University of Toronto Press, 2018.

ORENSE, José María. *Ventajas de la República Federal*. Madrid: Imp. J. Antonio Garcia, 1870.

PEDREIRA, Jorge. «Guerras, afinidades e nacionalismos (1750-1910)». *Portugal e Espanha: amores e desamores* (ed. A. Teodoro de Matos et al.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas, dedicado a Refugiados espanhóis em Portugal durante a Guerra Civil espanhola e à vida na Raia (dir. de Moisés Cayetano Rosado), 24, 2020.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. «Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia». *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra: FLUC, 2010, p. 257-283.

QUENTAL, Antero de. «Portugal perante a Revolução de Espanha». *Prosas socio-políticas* (ed. de Joel Serrão). Lisboa: INCM, s.d.

RINA SIMÓN, Cesar. *Imaginar Iberia. Tiempo, espacio y nación en el siglo XIX en España y Portugal*. Granada: Comares, 2020.

RIBERA i ROVIRA, Ignaci. *La integridad de la patria. Cataluña ante el espíritu de Castilla*. Barcelona: José Agustí, 1907.

RIVERA GARCÍA, Antonio. «Hispanidad». SANGEETA, R. et al. (eds.). *The Encyclopedia of Postcolonial Studies*, vol. II. Chichester, West Sussex Malden: MA Blackwell, 2016.

ROJO VILLANOVA, António. *El nacionalismo regionalista y la política internacional de España*. Madrid: Imp. de Justo Martinez, 1918.

SÁEZ DELGADO, Antonio y PÉREZ ISASI, Santiago. *De espaldas abiertas. Relaciones literárias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Granada: Ed. Comares, 2018.

SANTA RITA, José Gonçalo de. *O problema das fronteiras. Conspecto geral*. Separata da Revista da Faculdade de Letras, V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936.

SEPÚLVEDA, Isidro. *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005.

SPAIN and PORTUGAL Treaty on boundaries between Spain and Portugal from the mouth of the Minho River to the junction of the river Cay a with the Guadiana. Signed at Lisbon on 29 September 1864. United Nations – Treaty Series, Vol. 1288, II-906 (1982), p. 243-274, DOI: https://www.amn.pt/DGAM/Capitanias/Caminha/Lists/Documentos_AMN/Tratado%20limites%2029%20setembro%201864%20e%20Anexo.pdf [consult. 23-09-2020].

SKOULADE, Mateus; PAREDES, Marçal. «Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo». *Revista Portuguesa de História*, t. XLVIII (2017), p. 257-274.

Tratado de comércio e navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid a 27 de Março de 1893. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

UNAMUNO, Miguel de. *Por Terras de Portugal e de Espanha*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989 [1.^a ed. 1911].

UNAMUNO, Miguel de. «Prólogo a Cartas de Manuel Laranjeira». *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios). Paris: FCG, 1985.

VILLARES, Ramón. *Identidade e afectos pátrios*. Vigo: Ed. Galaxia, 2018.